

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor
Independente

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2022**

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, Relatório do Auditor e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem do Presidente

2022, ano eleitoral, ainda com resquícios da pandemia, mercado de infraestrutura ainda aguardando direcionamento político, regulatório e econômico, taxa de juros elevada, risco de inflação, volatilidade no câmbio e na bolsa de valores refletindo o “*mau humor*” de investidores e empresários. Mesmo com todas as adversidades, para o Grupo Inepar, 2022 foi o ano da retomada.

Através da nossa empresa IESA Projetos que atua na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Voith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaque para os novos clientes deste ano: CTG Brasil e Randon.

O grande destaque foi marcado pelo redirecionamento da ENISA para prestação de serviços em Engenharia, Fornecimento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia. Algumas importantes ações foram desenvolvidas em 2022: i) reunimos toda a competência das empresas do Grupo Inepar e alocamos os principais atestados e acervos técnicos na ENISA; ii) revisitamos e atualizamos o Plano de Integridade do Grupo Inepar e o implantamos na ENISA; iii) abordamos diretamente o mercado, sem intermediários, acessando clientes de grande porte; iv) no setor de O&G, antigas parcerias foram resgatadas; no setor de Energia, novas parcerias foram formatadas; v) foram apresentadas propostas com valores significativos ao longo do ano – em torno de R\$ 5 bilhões para prestação de serviços de EPC.

Já na Inepar Indústria e Construções, foi um ano marcado por situações delicadas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial. Ainda sem fluxo de caixa operacional robusto que sustente as despesas operacionais e as obrigações do PRJ, recorreremos à monetização de *claims* e ao levantamento de depósitos judiciais.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2021**

Em abril/2022, tivemos o leilão público para venda das UPI's IPM e IOG, onde dois participantes apresentaram propostas, tendo a decretação de um vencedor que não concretizou o pagamento. O segundo proponente, Melville, reforçou seu interesse e apresentou uma petição ao juiz da RJ manifestando sua vontade de cobrir a oferta apresentada pelo primeiro proponente. Infelizmente, ainda estamos aguardando o desfecho com a concretização do pagamento.

Mesmo com todas as adversidades apresentadas, em novembro de 2022, o juiz responsável decretou o fim da RJ do Grupo Inepar após quase 8 anos do seu início – para finalizar completamente ainda falta o trânsito em julgado.

2023 inicia-se turbulento e alvissareiro ao mesmo tempo. Turbulento devido as esferas política e econômica que estão desalinhadas ocasionando a postergação das decisões de investimentos. O Governo Federal sinalizou aumento dos gastos públicos contando com um igual crescimento da arrecadação fiscal. Este aumento de arrecadação terá que ser cumprido, caso contrário, trará desajuste na economia potencializando atraso nas decisões de novos investimentos. Como nosso mercado depende de investimentos em infraestrutura, que por sua vez, necessita de ambiente estável nos campos político, econômico e regulatório, nos remeterá a incertezas quanto a retomada do mercado.

Por outro lado, para embasar nossa visão alvissareira, o Governo Federal vem anunciando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas (*Jornal Valor Economico – “Rascunho do Novo PAC anima setor privado” – 23/03/2023*). Adicionalmente, o Governo Federal indica a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo.

Internamente, 2023 será um ano intenso pós RJ, marcado por: i) intensa atividade comercial para colocar novos projetos em carteira de modo que nosso fluxo de caixa operacional fique positivo; ii) renegociação de dívidas com nossos principais credores; iii) intensificação das operações para monetização de claims, venda de ativos e levantamento de depósitos judiciais; iv) manutenção da política de controle de custos e despesas.

Estamos confiantes, vamos em frente!

Um forte abraço,

Ricardo Aquino Filho 2022, ano eleitoral, ainda com resquícios da pandemia, mercado de infraestrutura ainda aguardando direcionamento político, regulatório e econômico, taxa de juros elevada, risco de inflação, volatilidade no câmbio e na bolsa de valores refletindo o “*mau humor*” de investidores e empresários. Mesmo com todas as adversidades, para o Grupo Inepar, 2022 foi o ano da retomada.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31** **DE DEZEMBRO DE 2022**

Através da nossa empresa IESA Projetos que atua na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Voith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaque para os novos clientes deste ano: CTG Brasil e Randon.

O grande destaque foi marcado pelo redirecionamento da ENISA para prestação de serviços em Engenharia, Fornecimento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia. Algumas importantes ações foram desenvolvidas em 2022: i) reunimos toda a competência das empresas do Grupo Inepar e alocamos os principais atestados e acervos técnicos na ENISA; ii) revisitamos e atualizamos o Plano de Integridade do Grupo Inepar e o implantamos na ENISA; iii) abordamos diretamente o mercado, sem intermediários, acessando clientes de grande porte; iv) no setor de O&G, antigas parcerias foram resgatadas, no setor de Energia novas parcerias foram formatadas; v) foram apresentadas propostas com valores significativos ao longo do ano – mais de R\$ 5 bilhões para prestação de serviços de EPC.

Já na Inepar Indústria e Construções, foi um ano marcado por situações delicadas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial. Ainda sem fluxo de caixa operacional robusto que sustente as despesas operacionais e as obrigações do PRJ, recorremos à monetização de *claims* e ao levantamento de depósitos judiciais.

Em abril/2022, tivemos o leilão público para venda das UPI's IPM e IOG, onde dois participantes apresentaram propostas, tendo a decretação de um vencedor que não concretizou o pagamento. O segundo proponente, Melville, reforçou seu interesse e apresentou uma petição ao juiz da RJ manifestando sua vontade de cobrir a oferta apresentada pelo primeiro proponente. Infelizmente, ainda estamos aguardando o desfecho com a concretização do pagamento.

Mesmo com todas as adversidades apresentadas, em novembro de 2022, o juiz responsável decretou o fim da RJ do Grupo Inepar após quase 8 anos do seu início – para finalizar completamente ainda falta o *trânsito em julgado*.

2023 inicia-se turbulento e alvissareiro ao mesmo tempo. Turbulento devido as esferas política e econômica que estão desalinhadas ocasionando a postergação das decisões de investimentos. O Governo Federal sinalizou aumento dos gastos públicos contando com um igual crescimento da arrecadação fiscal. Este aumento de arrecadação terá que ser cumprido, caso contrário, trará desajuste na economia e, conseqüentemente atraso na decisão de novos investimentos. Daí a turbulência e, como nosso mercado demanda investimentos em infraestrutura, que por sua vez, necessita de ambiente regulatório, político e econômico estável, temos incertezas quanto a retomada do mercado.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Por outro lado, para embasar a nossa visão alvissareira, o Governo Federal vem anunciando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas (*Jornal Valor Economico – “Rascunho do Novo PAC anima setor privado” – 23/03/2023*). Adicionalmente, reforça a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo.

Internamente, 2023 será um ano intenso pós RJ, marcado por: i) intensa atividade comercial para colocar novos projetos em carteira de modo que nosso fluxo de caixa operacional fique positivo; ii) renegociação com nossos principais credores; iii) intensificação das operações para monetização de claims e levantamento de depósitos judiciais; iv) manutenção da política de controle de custos e despesas.

Estamos confiantes, vamos em frente!

Um forte abraço, Ricardo Aquino Filho

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022

Desempenho do exercício de 2022 e Principais Conquistas

1) Principais conquistas de 2022

- Decisão Judicial em nov/22 do encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de Fiscalização, e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses;
- Após fechamento da Transação Tributária em dez/21, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor;
- Leilão da UPI's IPM e IOG;
- A ENISA se apresenta ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia. Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para o seus mercados core - Energia e O&G principalmente;
- Estimamos para 2023 prospecções de negócios que superaram os R\$ 3 bilhões em propostas;
- Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação no primeiro semestre de 2023, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região.

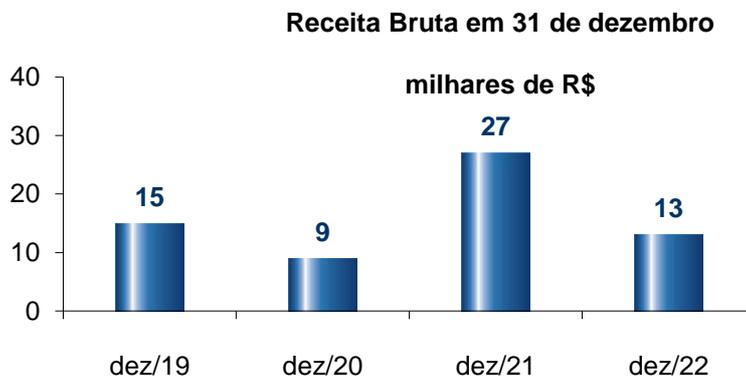
2) Desempenho do Exercício de 2022

Fontes de receita

As principais fontes de receita da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia, óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2022 uma receita bruta de R\$ 13,5 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2022 foram aproximadamente 50% inferiores ao mesmo período do ano anterior de 2021, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Companhia no fechamento das licitações/pedidos por conta da nossa permanência na Recuperação Judicial.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022



Resultado Econômico

O prejuízo acumulado da Companhia no exercício de 2022 foi de R\$ 366,5 milhões, enquanto que no mesmo período de 2021 foi apurado um lucro de R\$ 1.301 bilhões. O lucro do exercício de 2021 foi gerado principalmente pelo reconhecimento no resultado de claims com decisão transitada em julgado, e pelo acordo assinado com a PFGFN em dezembro de 2021, o que possibilitou obter descontos de até 70% do montante de juros, multas e encargos.

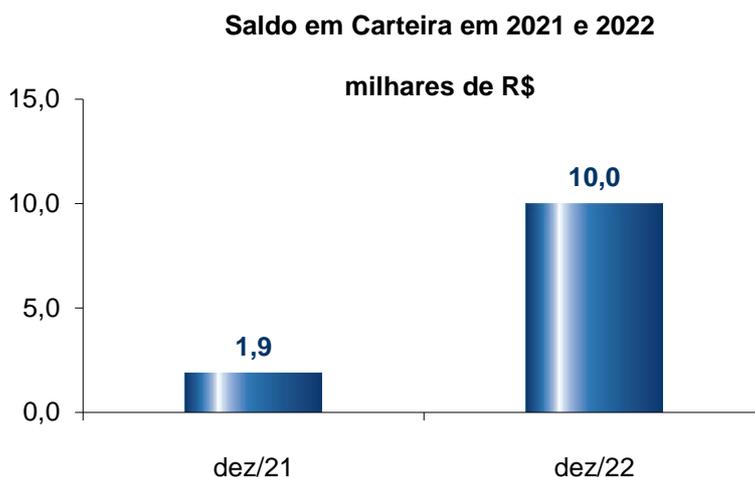
Já o prejuízo do exercício de 2022, se deveu, principalmente, em função das correções dos passivos financeiros, principalmente da dívida com o BNDES e Debêntures da 5a. emissão, bem como a correção do passivo tributário consolidado através da Transação Tributária, e outras contingências passivas o que representou um total de R\$ 294 milhões.

Além disso, o resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 7,5 milhões devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela companhia e pelos reconhecimentos de custos complementares dos projetos que estão em fase de encerramento das empresas e consórcios que a controlada IESA Óleo & Gás detêm participação.

A carteira de pedidos apresenta uma evolução em comparação aos trimestres anteriores, conforme demonstrado abaixo:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022



A empresa vem intensificando suas ações na área comercial e com substancial elevação na geração de propostas nas áreas de Óleo & Gás (Petrobras, outras operadoras-concessionárias e Consórcios Fornecedores de Ampliação e Modernização de plantas); Geração de Energia (oportunidades em reforma e modernização de usinas hidroelétricas) com abordagem direta aos clientes finais como Sistema Eletrobrás, Copel, EMAE, CTG, Spic, etc, bem como serviços em regime EPC em diversas áreas e na prestação de serviços industriais (fabricação de partes e peças) para clientes como Voith, GE Hydro, Nuclep, CTG, Randon, entre outros.

A Geração de propostas ultrapassou, nos dois últimos trimestres de 2022, a casa de R\$ 3.5 bilhões e apresenta resultados venda de equipamentos de unidade de Araraquara (Petrobras, Acelem, Nuclep, Iplan-Caramuru Alimentos e CIR – Uruguai, entre outros). Para as propostas em EPC's o período de avaliação e tomada de decisão destes segmentos é historicamente entre 4 a 8 meses e há grande estoque de ofertas em análise, possivelmente até em função do processo eleitoral de final de 2022.

Apresentamos a seguir uma **PROJEÇÃO** do Balanço Patrimonial de 31/12/2022 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) monetizáveis compostos pelo FIDC, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC, (iii) Aproveitamento dos prejuízos fiscais para liquidação de até 70% dos valores da transação tributária, conforme Portaria da PGFN nº 6757 e Portaria nº RF nº 208, de 12 de agosto de 2022.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022

Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados a estes pontos foram devidamente computados e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

Balanço Gerencial Projetado

(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	Balanço Patrimonial		Balanço Projetado
ATIVO	31/12/2022	AJUSTES	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.919	-	1.919
Contas a receber de clientes	6.605	-	6.605
Títulos e valores mobiliários	9	-	9
Estoques	7.244	-	7.244
Impostos a recuperar	76.880	-	76.880
Dividendos a receber	14.796	-	14.796
Outros créditos	1.526	-	1.526
Total do Ativo Circulante	108.979	-	108.979
Não Circulante			
Contas a receber de clientes	133.999	-	133.999
Partes relacionadas	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	688	734.059	734.747
Impostos a recuperar	93.308	189.202	282.510
Depósitos judiciais	129.764	-	129.764
Outros créditos	6.579	1.211.321	1.217.900
Investimentos	243.011	-	243.011
Imobilizado	211.446	-	211.446
Intangível	392.259	-	392.259
Total do Ativo Não Circulante	1.211.054	2.134.582	3.345.636
Total do Ativo	1.320.033	2.134.582	3.454.615

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Consolidado		
	Balanco Patrimonial		Balanco Projetado
PASSIVO	31/12/2022	AJUSTES	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	64.619	-	64.619
Instituições financeiras	390.730	-	390.730
Debêntures	14.881	-	14.881
Obrigações sociais e trabalhistas	143.912	-	143.912
Obrigações fiscais e tributárias	291.740	(120.817)	170.923
Dividendos propostos	3.341	-	3.341
Adiantamentos de clientes	33.143	-	33.143
Títulos a pagar	101.406	-	101.406
Outras contas a pagar	169.869	-	169.869
Total do Passivo Circulante	1.213.641	(120.817)	1.092.824
Não Circulante			
Instituições financeiras	232.367	-	232.367
Debêntures	238.625	-	238.625
Obrigações fiscais e tributárias	847.672	(590.155)	257.517
Partes relacionadas	116.328	-	116.328
Tributos diferidos	100.532	721.133	821.665
Títulos a pagar	14.960	-	14.960
Provisão de custos e encargos	2.303	-	2.303
Provisões para contingências	163.205	-	163.205
Provisão passivo a descoberto	9.760	-	9.760
Outras contas a pagar	1.293	-	1.293
Total do Passivo Não Circulante	1.727.045	130.978	1.858.023
Patrimônio Líquido			
Participação dos minoritários	3.124	-	3.124
Patrimônio líquido da controladora			
Capital social	495.461	-	495.461
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	-	(3.073)
Reserva de capital	180.292	-	180.292
Reserva de reavaliação	23.126	-	23.126
Debêntures perpétuas	263.503	-	263.503
Créditos quirografários a converter	16.914	-	16.914
Prejuízos acumulados	(3.445.620)	2.124.421	(1.321.199)
Ajuste de avaliação patrimonial	845.620	-	845.620
	(1.623.777)	2.124.421	500.644
Total do Patrimônio Líquido	(1.620.653)	2.124.421	503.768
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.320.033	2.134.582	3.454.615

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado

01- No Balanço Patrimonial de 31/12/2022, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço projetado da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1,490 bilhões, de um total em discussão de R\$ 2,250 bilhões, representando 65% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica.

02- As rubricas de impostos e contribuições a recolher tiveram uma redução em razão da publicação da Portaria da PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Portaria RF 208, de 12 de agosto de 2022 as quais estabelecem que as empresas em recuperação judicial e que realizaram a transação tributária, possam abater o saldo devedor em até 70% com a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

03- Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1,256 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 60% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes claims é da ordem de R\$ 816 milhões ao longo dos próximos anos.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/Iesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Vale salientar que 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada conforme demonstrado abaixo e que, a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 29,5	R\$ 29,5	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2	Em discussão BNDES	R\$ 28,2	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,0	R\$ 13,0	R\$ 27,2
TOTAL	R\$ 28,2	R\$ 42,5	R\$ 70,7	R\$ 2.367,6

Em 07/11/2022, a Companhia apresentou petição ao D. Juízo da Recuperação judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Neste cenário, em 17/11/2022 o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial.

Vale destacar que, diante dos demais temas em curso no processo de Recuperação Judicial, temas estes essenciais para o efetivo soerguimento da empresa, foi interposto pelas Recuperandas Recurso de Apelação, a fim de que fosse reconhecido que (i) a competência do Juízo da Recuperação Judicial se estende até o trânsito em julgado da decisão de encerramento, bem como para que (ii) o Juízo aprecie e profira decisões sobre constrições do patrimônio das Recuperandas, que ainda não foram objeto de julgamento, e, ainda para que (iii) o Juízo prossiga, nos autos principais ou em incidente apartado, com a alienação, via expedição de novo Edital, do ativo UPI IPM IOG, alienação esta essencial para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e das obrigações necessárias para a manutenção da atividade empresarial, cumprimento este que vai além do biênio adimplido.

Assim, feitos estes esclarecimentos, verifica-se o cenário atual das Recuperandas, sendo manifesto que (i) esta continua trabalhando para o deslinde de operações e reestrutura necessárias para seu efetivo soerguimento e que (ii) a Recuperação Judicial permitiu às Recuperandas adimplir e quitar passivo trabalhista superior a 230 milhões de reais, sendo livre de dúvidas a importância da manutenção da atividade empresarial desenvolvida pelas Recuperandas, eis que referida atividade é fonte de geração de empregos, arrecadação de impostos e movimentação de bens e serviços.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

É certo que ainda se faz necessária reestruturação final, que demanda alienação de ativos em curso e readequação operacional, inclusive com o enquadramento da área de atuação antes e pós referida alienação, mas estas operações e reestruturações se encontram totalmente vinculadas, dependendo uma da outra, sendo certo que o deslinde destes temas trará o efetivo soerguimento.

Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI IPM/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente se manifestado pelo interesse na aquisição da UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, a Companhia, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI IPM / IOG.

O D. Juízo da Recuperação Judicial indeferiu a proposta da Melville com a justificativa que a requerente já havia tido oportunidade de participar do certame, inclusive na qualidade de *stalking horse*, e deixou deliberadamente de cumprir com as obrigações do Edital. Diante da decisão, a Inepar interpôs agravo, buscando autorização para abertura de novo processo de alienação, conforme previsão contida no plano de Recuperação Judicial, tendo tomado ciência que a Melville também apresentou recurso, buscando o aproveitamento do leilão já iniciado para aquisição da UPI.

O Recurso interposto pela Inepar está com julgamento suspenso em razão do trâmite do Recurso da Melville, que teve deferido o pleito de tutela antecipada para depósito judicial do valor do Preço da UPI IPM IOG, a fim de resguardar o direito de aquisição da UPI no processo de concorrência já iniciado, no caso de provimento de seu Recurso. Até o presente momento, a Melville teve os pedidos de prazo para pagamento deferidos, estando a Inepar no aguardo do deslinde do Recurso, já que a Companhia mantém seu interesse na venda destas UPI's como forma de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, com objetivo de liquidação das obrigações concursais, extraconcursais e necessárias a manutenção e soerguimento das atividades operacionais.

Da Continuidade das operações

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Efetivação da alienação das ações da UPI IOG;
- b) Efetivação da alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e Charqueadas; e
- c) Efetivação da alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,212 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 800 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 60% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.
Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 1,4 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 65%, dentro do histórico. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.
Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem data de origem igual ou superior a 7 anos.
Temos percebido crescente interesse de Fundos nacionais e internacionais em discutir estruturas que possam antecipar resultados desses claims, o que deverá permitir à Companhia a monetização antecipada de recursos relativos aos mesmos.
- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes, conforme descrito nos esclarecimentos feitos no capítulo de desempenho.;
- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022

- as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar o caixa das atividades.
 - f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do passivo tributário da ordem de R\$ 1,4 bilhões, bem como a adesão à Portaria PGFN 6757/2022 que permite o pagamento da dívida fiscal com a utilização do prejuízo fiscal acumulado em até 70%, o que deverá proporcionar um pagamento de aprox. R\$ 700 milhões.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, a empresa terá condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

No curto prazo, a empresa tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infraestrutura.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 31/12/2022 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei , a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23	22	1.919	10.386
Contas a receber de clientes	6	1.110	379	6.605	4.570
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	7.244	8.936
Tributos a recuperar	10	4.769	4.769	76.880	79.000
Dividendos a receber		-	-	14.796	15.696
Outros créditos	11	364	4.863	1.526	6.906
Total do ativo circulante		6.275	10.042	108.979	125.503
Não circulante					
Contas a receber clientes	6	44.532	33.414	133.999	122.881
Partes relacionadas	21	-	253.645	-	14.011
Títulos a receber	9	-	7.774	-	7.774
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a recuperar	10	40.652	30.873	93.308	89.454
Depósitos judiciais	30	71.171	77.345	129.764	278.320
Outros créditos	11	-	-	6.579	6.604
Investimentos	12	447.628	463.081	243.011	249.199
Imobilizado	13	75.239	78.849	211.446	218.719
Intangível	14	391.516	391.513	392.259	393.828
Total do ativo não circulante		1.070.738	1.336.494	1.211.054	1.381.478
Total do ativo		1.077.013	1.346.536	1.320.033	1.506.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores		30.506	30.826	64.619	71.325
Instituições financeiras	15	234.982	185.794	390.730	355.788
Debêntures	16	14.881	13.907	14.881	13.907
Obrigações sociais e trabalhistas		7.209	11.095	143.912	149.654
Obrigações fiscais e tributárias	17	143.005	86.510	291.740	176.161
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	19	-	-	33.143	34.803
Títulos a pagar		101.406	87.257	101.406	87.257
Outras contas a pagar	24	57.158	47.397	169.869	136.919
Total do passivo circulante		592.464	466.103	1.213.641	1.029.155
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Instituições financeiras	15	232.367	249.613	232.367	249.613
Debêntures	16	238.625	227.310	238.625	227.310
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	2.404
Obrigações fiscais e tributárias	17	482.976	499.472	847.672	897.305
Partes relacionadas	21	216.074	438.472	116.328	128.686
Tributos diferidos	20.1	39.646	36.543	100.532	96.359
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisões para contingências	22	60.016	32.620	163.205	110.816
Provisão passivo à descoberto	23	836.319	670.611	9.760	7.657
Outras contas a pagar	24	-	-	1.293	1.084
Total do passivo não circulante		2.108.326	2.156.944	1.727.045	1.738.497
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora					
Capital social	25 a	495.461	437.531	495.461	437.531
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	25 b	180.292	180.292	180.292	180.292
Reserva de reavaliação	25 c	23.126	24.422	23.126	24.422
Debêntures perpétuas	25 d	263.503	318.830	263.503	318.830
Créditos quirografários a converter	25 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados		(3.445.620)	(3.098.093)	(3.445.620)	(3.098.093)
Ajuste de avaliação patrimonial	25 f	845.620	846.666	845.620	846.666
		(1.623.777)	(1.276.511)	(1.623.777)	(1.276.511)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	3.124	15.840
Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto		(1.623.777)	(1.276.511)	(1.620.653)	(1.260.671)
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		1.077.013	1.346.536	1.320.033	1.506.981

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		-	-	13.479	27.153
Deduções e impostos sobre vendas		-	-	(2.757)	(2.768)
Receita operacional líquida	27	-	-	10.722	24.385
Custos dos produtos e serviços		-	-	(18.251)	(15.801)
Lucro bruto		-	-	(7.529)	8.584
Receitas [Despesas] operacionais		(226.285)	1.352.449	(74.372)	1.408.203
Despesas com vendas		(87)	-	(2.856)	(2.591)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		(1.728)	(747)	(396)	(6.341)
Administrativas e gerais		(25.362)	(40.252)	(48.047)	(91.366)
Provisões para contingências		(28.962)	(11.112)	(53.362)	(37.956)
Outras receitas e despesas operacionais	29	15.017	788.686	43.506	1.547.446
Resultado da avaliação de investimentos	12	(185.163)	615.874	(13.217)	(989)
Resultado operacional		(226.285)	1.352.449	(81.901)	1.416.787
Despesas financeiras	28	(137.635)	(81.457)	(294.770)	(171.931)
Receitas financeiras	28	3.372	7.270	10.423	43.957
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(360.548)	1.278.262	(366.248)	1.288.813
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	20.2	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20.2	6.676	8.756	(318)	13.141
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(353.872)	1.287.018	(366.566)	1.301.954
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores				(353.872)	1.287.018
Participação dos acionistas não controladores				(12.694)	14.936
				(366.566)	1.301.954
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício		119.917.580	103.546.495		
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício		63.136.160	63.136.160		
		<u>183.053.740</u>	<u>166.682.655</u>		
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(1.935,74)	7.439,57		
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		2.129,32	8.183,53		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido // (Passivo a descoberto)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	Participação dos não controladores no patr. liq. das controladas	Total patrimônio líquido
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria					Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	429.211	(3.073)	180.292	(8.303)	(4.383.544)	319.014	31.837	25.571	44.519	789.488	(2.574.988)	868	(2.574.120)
Lucro líquido do exercício					1.287.018						1.287.018	14.936	1.301.954
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					4.161						4.161		4.161
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas									259		259		259
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	36	36
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas									13.826		13.826	-	13.826
Outros resultados abrangentes											14.085	36	14.121
Resultado abrangente total											1.305.264	14.972	1.320.236
Aumento de capital - 353ª RCA de 30/03/2021	473					(473)					-		-
Aumento de capital - 354ª RCA de 07/05/2021	2.957					(2.957)					-		-
Aumento de capital - 360ª RCA de 29/10/2021	4.890					(4.889)					1		1
Transações de capital com os Sócios											1	-	1
Debêntures a converter						8.135	(14.923)				(6.788)		(6.788)
Realização da reserva reavaliação					1.149			(1.149)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					1.426				(1.426)		-		-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	437.531	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.089.790)	318.830	16.914	24.422	43.093	803.573	(1.276.511)	15.840	(1.260.671)
Lucro líquido do exercício					(353.872)						(353.872)	(12.694)	(366.566)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					4.161						4.161		4.161
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas									(158)		(158)		(158)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	(22)	(22)
Outros resultados abrangentes											(158)	(22)	(180)
Resultado abrangente total											(349.869)	(12.716)	(362.585)
Aumento de capital - 363ª RCA de 11/01/2022	26.296					(26.296)					-		-
Aumento de capital - 367ª RCA de 27/05/2022	12.215					(12.215)					-		-
Aumento de capital - 369ª RCA de 27/09/2022	12.641					(12.641)					-		-
Aumento de capital - 371ª RCA de 14/12/2022	6.778					(6.778)					-		-
Transações de capital com os Sócios											-	-	-
Debêntures a converter						2.603	-				2.603		2.603
Realização da reserva reavaliação					1.296			(1.296)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					888				(888)		-		-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022	495.461	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.437.317)	263.503	16.914	23.126	42.205	803.415	(1.623.777)	3.124	(1.620.653)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado líquido do exercício	(353.872)	1.287.018	(353.872)	1.287.018
Ajuste patrimonial reflexo de investida	4.161	4.161	4.161	4.161
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	(158)	259	(158)	259
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	(22)	35	(22)	35
Ganhos na conversão de debêntures perpétuas	-	13.826	-	13.826
Participação dos acionistas não controladores	(12.694)	14.937	(12.694)	14.937
Resultado abrangente do exercício	(362.585)	1.320.236	(362.585)	1.320.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais				
Resultado do exercício	(353.872)	1.287.018	(353.872)	1.287.018
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	2.727	3.049	7.677	9.564
Alienação de imobilizado/investimentos	880	-	1.814	13.961
Resultado de equivalência patrimonial	185.163	(615.874)	13.217	990
Participação de acionistas não controladores	-	-	12.694	(14.936)
Variações monetárias e cambiais	44.781	39.389	106.457	83.424
Provisões (Reversões)	27.396	(603.348)	52.389	(881.201)
Resultado do exercício ajustado	(92.925)	110.234	(159.624)	498.820
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(11.849)	(32.932)	(13.153)	374.543
Estoques	-	-	1.692	(3.104)
Títulos a receber	7.774	(18.458)	7.774	12
Impostos a recuperar	(6.676)	-	2.439	(108.696)
Outros créditos	10.673	38.351	153.961	(111.699)
	(78)	(13.039)	152.713	151.056
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(320)	(1.344)	(6.706)	(20.044)
Salários e encargos sociais	(3.886)	(222)	(8.146)	(38.133)
Impostos e contribuições a recolher	39.999	(172.520)	65.946	(555.082)
Provisão para impostos diferidos	-	9.808	-	40.674
Adiantamentos de clientes	-	-	(1.660)	(3.932)
Títulos a pagar	14.149	(8.876)	14.149	6.084
Outras contas a pagar	12.365	3.528	10.351	28.244
	62.307	(169.626)	73.934	(542.189)
Total do caixa gerado (Consumido) pelas atividades de investimentos	(30.696)	(72.431)	67.023	107.687
Atividades de investimentos				
Ganho sobre participações societárias	-	-	(22)	2.310
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	(11)	(649)	(34.573)
Operações de mútuos com empresas ligadas	31.057	86.331	(7.021)	(5.433)
Total do caixa gerado(consumido) pelas atividades de investimentos	31.057	86.320	(7.692)	(37.696)
Atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	20.885	6.200
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(550)	(18.177)	(76.949)	(113.443)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	(20.408)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	190	4.289	8.674	47.334
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos	(360)	(13.888)	(67.798)	(59.909)
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	1	1	(8.467)	10.082
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	22	21	10.386	304
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	23	22	1.919	10.386
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	1	1	(8.467)	10.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	(26.650)	1.776.790	(995)	2.575.145
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	13.106	26.772
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.728)	(747)	(396)	(6.341)
Outras Receitas / Despesas	(24.922)	1.777.537	(13.705)	2.554.714
Insumos adquiridos de terceiros	(1.290)	(21.876)	(36.455)	(115.634)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(12.091)	(9.689)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.290)	(21.876)	(24.364)	(105.945)
Valor adicionado bruto	(27.940)	1.754.914	(37.450)	2.459.511
Depreciação e Amortização	(2.728)	(3.049)	(7.736)	(9.564)
Valor adicionado líquido	(30.668)	1.751.865	(45.186)	2.449.947
Valor adicionado recebido em transferência	(181.791)	623.144	(2.794)	42.968
Resultado de Equivalência Patrimonial	(185.163)	615.874	(13.217)	(989)
Receitas Financeiras	3.372	7.270	10.423	43.957
Valor adicionado total a distribuir	(212.459)	2.375.009	(47.980)	2.492.915
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	3.159	15.026	11.256	26.475
Salários e encargos	1.771	13.168	6.422	19.853
Benefícios	1.255	1.858	4.365	4.999
FGTS	133	-	469	1.623
Impostos, taxas e contribuições	-	991.207	11.693	991.817
Federais	-	991.207	10.460	990.405
Estaduais	-	-	1.165	1.406
Municipais	-	-	68	6
Remuneração de capitais de terceiros	138.254	81.758	295.637	172.669
Juros	137.635	81.457	294.770	171.931
Alugueis	619	301	867	738
Remuneração de capitais próprios	(353.872)	1.287.018	(366.566)	1.301.954
Resultado do exercício	(353.872)	1.287.018	(353.872)	1.287.018
Participação de acionistas minoritários	-	-	(12.694)	14.936
Valor adicionado total distribuído	(212.459)	2.375.009	(47.980)	2.492.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto operacional

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

Nota 1.1 Processo global da reestruturação e recuperação judicial

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

Em 25 de janeiro de 2022, a Inepar recebeu uma proposta da empresa Melville Capital Group LLC de Nova York, para aquisição das UPI's IOG e IPM, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irreatável de US\$ 125 milhões, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22 de janeiro e 25 de janeiro de 2022.

A Companhia, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 26/08/2022, através de Fato Relevante, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Empresa Melville Capital Group LLC, apresentou nova proposta para a aquisição das UPI's IPM e IOG, pelo mesmo montante apresentado pela SEFRAN no Leilão realizado em 28/04/2022.

No atual momento a Companhia aguarda a concretização dessa proposta apresentada pela Melville Capital Group.

Aproveitamento de Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI IPM/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente manifestou seu interesse na aquisição da UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, a Companhia, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI IPM / IOG.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I,II,III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial,

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR				
Classe	Saldo devido incotroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incotroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 29,5	R\$ 29,5	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2	Em discussão BNDES	R\$ 28,2	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,2	R\$ 13,0	R\$ 27,2
TOTAL	R\$ 28,2	R\$ 42,5	R\$ 70,7	R\$ 2.367,6

Em 17/11/2022 o Juiz da Recuperação Judicial deu decisão encerrando o processo de recuperação. A homologação dessa decisão deverá tomar ainda alguns meses, devidos a todas as providências a serem tomadas nesse sentido.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Nota 2- Bases de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2023.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Nota 3–Resumo das principais práticas contábeis adotadas

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	99,00	99,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira: Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8. Estoques: Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado: A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17- Operações de arrendamento mercantil. A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados: Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas: A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 4 - Instrumentos financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais- A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito- A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos de taxas de juros- O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio- A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez- A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital- Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria: Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Passivos financeiros em 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Custo amortizado
Ativos financeiros em 31/12/2021 conforme balanço patrimonial				Passivos financeiros em 31/12/2021 conforme balanço patrimonial		
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Aplicações financeiras	22	-	22	Fornecedores	30.826	30.826
Contas a receber	-	379	379	Empréstimos e financ.	185.794	185.794
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	13.907	13.907
Outros créditos	-	4.863	4.863	Títulos a pagar	87.257	87.257
				Outras contas a pagar	47.397	47.397
Total circulante	22	5.251	5.273	Total circulante	365.181	365.181
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Contas a receber (b)	-	33.414	33.414	Empréstimos e financ.	249.613	249.613
Títulos a receber (d)	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	-	-
Total não circulante	-	41.188	41.188	Total não circulante	249.613	249.613
TOTAL GERAL	22	46.439	46.461	TOTAL GERAL	614.794	614.794

	Controladora				Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Passivos financeiros em 31/12/2022 conforme balanço patrimonial	Custo amortizado
Ativos financeiros em 31/12/2022 conforme balanço patrimonial				Passivos financeiros em 31/12/2022 conforme balanço patrimonial		
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Aplicações financeiras	23	-	23	Fornecedores	30.506	30.506
Contas a receber	-	1.110	1.110	Empréstimos e financ.	234.982	234.982
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	14.881	14.881
Outros créditos	-	364	364	Títulos a pagar	101.406	101.406
				Outras contas a pagar	57.158	57.158
Total circulante	23	1.483	1.506	Total circulante	438.933	438.933
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Contas a receber (b)	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	232.367	232.367
Títulos a receber (d)	-	-	-	Outras contas a pagar	-	-
Total não circulante	-	44.532	44.532	Total não circulante	232.367	232.367
TOTAL GERAL	23	46.015	46.038	TOTAL GERAL	671.300	671.300

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2021 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	10.201	-	10.201	Fornecedores	71.325	71.325
Aplicações financeiras	185	-	185	Empréstimos e financiam.	355.788	355.788
Contas a receber	-	4.570	4.570	Debêntures	13.907	13.907
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	87.257	87.257
Outros créditos	-	6.906	6.906	Outras contas a pagar	136.919	136.919
Total circulante	10.386	11.485	21.871	Total circulante	665.196	665.196
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	122.881	122.881	Empréstimos e financiam.	249.613	249.613
Títulos a receber	-	7.774	7.774	Outras contas a pagar	1.084	1.084
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	6.604	6.604			
Total não circulante	-	137.947	137.947	Total não circulante	250.697	250.697
TOTAL GERAL	10.386	149.432	159.818	TOTAL GERAL	915.893	915.893

Ativos financeiros em 31/12/2022 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31/12/2022 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	1.722	-	1.722	Fornecedores	64.619	64.619
Aplicações financeiras	197	-	197	Empréstimos e financiam.	390.730	390.730
Contas a receber	-	6.605	6.605	Debêntures	14.881	14.881
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	101.406	101.406
Outros créditos	-	1.526	1.526	Outras contas a pagar	169.869	169.869
Total circulante	1.919	8.140	10.059	Total circulante	741.505	741.505
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	232.367	232.367
Títulos a receber	-	-	-	Outras contas a pagar	1.293	1.293
Títulos valores mobiliários	-	688	688			
Outros créditos	-	6.579	6.579			
Total não circulante	-	141.266	141.266	Total não circulante	233.660	233.660
TOTAL GERAL	1.919	149.406	151.325	TOTAL GERAL	975.165	975.165

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	-	-	1.722	10.201
Aplicação financeira	23	22	197	185
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	23	22	1.919	10.386

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

Nota 6 - Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cientes interno (a)	45.642	53.039	140.604	192.726
Cientes externo (b)	-	-	-	2.589
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	-	(19.246)	-	(67.864)
	45.642	33.793	140.604	127.451
Circulante	1.110	379	6.605	4.570
Não circulante	44.532	33.414	133.999	122.881

a) Sobre esse montante apresentado de clientes interno estão inclusos os valores de R\$ 51.925 e R\$ 145.769, na controladora e no consolidado, respectivamente, que correspondem aos claims discutidos judicialmente reconhecidos em 30 de junho de 2021 e em março de 2022, com trânsito em julgado sobre o conhecimento da causa em favor da empresa. Sobre estes montantes, foram reconhecidos nos resultados em 2021/2022 os montantes de R\$ 97.053, líquido dos provisionamentos dos impostos.

O estágio atual dos processos judiciais, nos permitiu apresentar à Auditoria Externa informações suficientes para a realização dos testes de recuperabilidade.

Nota 7 - Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos diversos	9	9	697	697
	9	9	697	697
Circulante	9	9	9	9
Não circulante	-	-	688	688

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 8 - Estoques

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Produtos em elaboração	2.221	2.751
Insumos e materiais	4.035	4.505
Adiantamentos a fornecedores	988	1.636
Importações em andamento	-	44
	7.244	8.936

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Nota 9 - Títulos a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos com terceiros (a)	-	7.774	-	7.774
	-	7.774	-	7.774
Não Circulante	-	7.774	-	7.774

(a) O valor lançado nesta rubrica, refere-se aos créditos contra a DNOS- Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável. Neste exercício os valores correspondentes a esse processo, foram totalmente recebidos.

Nota 10 - Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar (a)	14	14	53.886	50.691
ICMS a recuperar	52	53	2.769	990
IPI a recuperar	974	974	1.011	1.296
PIS/COFINS lei 10833/03	-	-	-	556
Impostos e contribuições retidos na fonte	125	125	299	309
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (b)	29.759	22.568	67.368	65.641
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (b)	10.717	8.129	24.256	23.636
Demais créditos (c)	3.780	3.779	20.599	25.335
	45.421	35.642	170.188	168.454
Circulante	4.769	4.769	76.880	79.000
Não circulante	40.652	30.873	93.308	89.454

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) O valor no consolidado, refere-se, principalmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, conforme Decisão do STF.
- b) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite de 30% do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.
- c) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição do INSS recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil e que se encontram em fase de análise.

Nota 11 - Outros créditos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a Empregados	364	183	858	1.094
Contas a receber - Venda de ativos (a)	-	4.680	-	4.681
Outros (b)	-	-	7.247	7.735
Total	364	4.863	8.105	13.510
Circulante	364	4.863	1.526	6.906
Não circulante	-	-	6.579	6.604

- a) Os valores a receber em 31/12/2021, referem-se a venda do imóvel de Curitiba, cujos valores foram integralmente recebidos neste exercício;
- b) No saldo de R\$ 7.247 no consolidado em 31/12/2022 está incluído valores referentes aos processos judiciais contra diversos clientes com as sentenças em transitado e julgado.

Nota 12 - Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participação em controladas/coligadas (a)	447.628	463.081	198.958	205.146
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	44.053
	447.628	463.081	243.011	249.199

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participações em Controladas e Coligadas

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Equivalência
				Líquido	Participação	Investimento	31/12/2021
Em 31 de Dezembro de 2021							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	664.148	1.325.932	436.369	(661.784)	100,00%	-	436.369
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	760.326	433.971	(9.813)	326.355	47,07%	153.615	(4.619)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.657	11.762	609	171.896	100,00%	171.896	609
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	240.593	103.504	184.793	137.089	100,00%	137.089	184.793
Innovida Participações S.A.	18.710	27.396	(2.139)	(8.686)	100,00%	-	(2.139)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	22	(22)	(12)	99,00%	-	(22)
Enisa Inovação e Infraestrutura	18.312	4	4	18.308	0,01%	1	0
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	883
						463.081	615.874

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado da	
							Equivalência	Equivalência
				Líquido	Participação	Investimento	31/12/2022	31/12/2021
Em 31 de dezembro de 2022								
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	448.173	1.271.788	(164.797)	(823.615)	100,00%	-	(164.797)	436.369
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	739.976	424.712	(19.932)	315.263	47,07%	148.394	(9.382)	(4.619)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	182.693	11.896	(1.098)	170.797	100,00%	170.797	(1.098)	609
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	236.282	108.325	(9.133)	127.957	100,00%	127.955	(9.133)	184.793
Innovida Participações S.A.	18.710	28.143	(747)	(9.433)	100,00%	-	(750)	(2.139)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	28	(5)	(18)	99,00%	-	(5)	(22)
Enisa Inovação e Infraestrutura	18.200	320	(428)	17.880	0,01%	2	2	-
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	-	883
						447.628	(185.163)	615.874

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
Em 31 de Dezembro de 2021							
RIG Oil & Gas	38.723	23.694	2.359	15.029	16,66%	2.409	393
QUIP S.A.	129.623	178.785	(5.366)	49.162	13,25%	-	(711)
QGI INC	103.184	90.089	(19.036)	13.095	20,00%	2.619	(3.807)
QGI BRASIL	162.349	2.769	24.491	159.580	19,53%	31.166	4.783
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	452	392	(891)	60	35,00%	-	(311)
FIDC (iv)	-	-	-	-	0,00%	600	-
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	760.326	433.971	(9.813)	326.355	47,07%	153.616	(1.336)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	182.547	11.523	358	171.024	100,00%	-	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	240.252	134.680	(34.020)	105.572	100,00%	-	-
Innovida Participações S.A.	18.710	27.396	(2.139)	(8.686)	100%	14.736	-
						205.146	(989)
Em 31 de dezembro de 2022							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.241	16,66%	2.206	(23)
QUIP S.A.	98.965	65.552	(15.747)	64.908	13,25%	-	(2.087)
QGI INC	103.184	85.393	(6.776)	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	156.214	90.089	19.036	151.057	19,53%	29.502	(1.665)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	5.157	(8.514)	(911)	35,00%	-	(14)
FIDC (iv)	-	-	-	-	0,00%	600	-
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	739.976	424.712	(19.932)	315.263	47,07%	148.394	(9.382)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	182.693	11.896	(1.098)	170.797	100,00%	-	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	236.282	108.325	(9.133)	127.957	100,00%	-	-
Enisa Energia e Infraestrutura	10	28	(5)	(18)	99,00%	-	-
Enisa Inovação e Infraestrutura	18.200	320	(428)	17.880	0,01%	-	-
Innovida Participações S.A.	18.710	28.142	(702)	(9.433)	100,00%	14.737	(46)
						198.958	(13.217)

Quantidade de ações possuídas		Participação em %	Participação no capital votante em %
O . N.	P . N.		

Controladas/Coligadas

IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	47,07	47,07
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A: A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. A consolidação das demonstrações financeiras, são integralmente consideradas na controladora, haja visto que, indiretamente a mesma possui 100% de participação no capital da investida. -

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72% para 47,07%.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) FIDC Tarânis: em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

c) Propriedade para Investimentos: Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 13 – Imobilizado

Controladora	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outros	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2021								
Custo	10.188	155.668	6.693	21	(39.140)	13	3.989	137.431
Depreciação Acumulada	-	(89.830)	(6.402)	(18)	39.443	(9)	(1.769)	(58.586)
Valor contábil líquido	10.188	65.838	291	3	303	4	2.222	78.849
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(5.249)	(21)	-	(13)	(2.230)	(7.512)
Depreciação	-	(2.631)	(74)	-	(23)	-	-	(2.727)
Baixas da Depreciação	-	1.304	3.535	19	(3)	9	1.768	6.631
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	10.188	64.511	(1.497)	1	277	-	1.760	75.239
Em 31 de Dezembro de 2022								
Custo	10.188	155.668	1.444	-	(39.140)	-	1.759	129.919
Depreciação Acumulada	-	(91.157)	(2.941)	1	39.417	-	(1)	(54.682)
Valor contábil líquido	10.188	64.511	(1.497)	1	277	-	1.760	75.239
Consolidado								
Taxas anuais de depreciação	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e Equipamentos							Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	de Informática	Outras Imobilizações	
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2021								
Custo	17.400	180.543	75.625	4.685	(36.846)	13.789	83.761	338.956
Depreciação Acumulada	-	(97.269)	(41.666)	(4.388)	38.490	(12.779)	(2.626)	(120.237)
Valor contábil líquido	17.400	83.274	33.959	297	1.644	1.010	81.135	218.719
Adições	-	-	494	-	143	5	-	642
Baixas	-	-	(6.986)	(230)	(5)	(5.036)	(2.230)	(14.487)
Depreciação	-	(3.067)	(2.331)	(138)	(78)	(487)	-	(6.101)
Baixas da Depreciação	-	1.304	4.704	184	2	4.711	1.768	12.673
Saldo Final	17.400	81.511	29.840	113	1.706	203	80.673	211.446
Em 31 de Dezembro de 2022								
Custo	17.400	178.833	69.100	4.460	(36.708)	8.656	81.530	324.980
Depreciação Acumulada	-	(97.322)	(39.260)	(4.342)	38.414	(8.555)	(857)	(113.534)
Valor contábil líquido	17.400	81.511	29.840	118	1.706	101	80.673	211.446

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei .638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

Nota 14 – Intangível

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA	Controladora		
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2021			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Adições	7	-	7
Amortização	(4)	-	(4)
Saldo Final	3	391.513	391.516
Em 31 de Dezembro de 2022			
Custo	254	391.513	391.767
Amortização acumulada	(251)	-	(251)
Valor contábil líquido	3	391.513	391.516

CONSOLIDADO	Consolidado						Total
	Marcas e Concessão	Patentes	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Software Transf. Inepar	Ágio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	20%	20%	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2021							
Custo	-	247	937	34.076	-	391.513	426.773
Amortização acumulada	-	(247)	(1.472)	(31.227)	-	-	(32.946)
Valor contábil líquido	-	-	(535)	2.850	-	391.513	393.828
Adições	-	-	-	-	7	-	7
Amortização	-	-	-	(1.572)	(4)	-	(1.576)
Saldo Final	-	-	-	743	3	391.513	392.259
Em 31 de Dezembro de 2022							
Custo	-	247	937	35.000	7	391.513	427.704
Amortização acumulada	-	(247)	(937)	(34.257)	(4)	-	(35.445)
Valor contábil líquido	-	-	-	743	3	391.513	392.259

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$1.331.871, sendo a participação da Inepar de 47,07%.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

Cronograma de Amortização

Será realizada uma amortização extraordinária com recursos decorrentes da venda do imóvel registrado perante o Registro de imóveis de Macaé/RJ, sob a matrícula nº 24.269, no valor de R\$ 22.500 milhões, corrigidos pelo índice IPCA.6% a.a.; a partir de 04/04/2019.

Após o efetivo pagamento da amortização extraordinária, a Inepar deverá pagar a importância de R\$ 172.560 milhões a ser atualizado mensalmente pelo IPCA, acrescido de 6% ao ano até a data do efetivo pagamento.

Neste exercício a Inepar efetuou amortizações no montante de R\$ 16,8 milhões.

Nota 17- Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	563.921	527.442	1.015.678	950.615
ICMS a recolher	42.344	41.064	55.977	55.321
Inss a recolher	39	69	39	2.796
Pis/Cofins Diferidos	4.938	5.935	25.048	27.892
ISS a recolher/Parcelamentos	9.049	8.730	28.150	26.360
Pis/Cofins a recolher	583	280	3.308	2.735
Impostos e Contribuições retidos na fonte	788	249	1.762	683
Parcelamento Trans.Excepcional			2.062	
Parcelamento Simplificado RFB	2.878	-	3.048	-
Outros	1.442	2.213	4.341	7.064
	625.981	585.982	1.139.412	1.073.466
Circulante	143.005	86.510	291.740	176.161
Não circulante	482.976	499.472	847.672	897.305

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O parcelamento dos demais débito devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição.

Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361 consolidado através do Termo de Transação Individual e foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas – Transação Individual”.

Conforme Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Portaria RF nº 208, de 12 de agosto de 2022 referentes a regulamentação da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, onde a empresa poderá abater até 70% do total da dívida, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, cuja situação vem sendo avaliada pela administração efetuando os levantamentos necessários para posterior adesão.

Nota 18 - Provisão de custos e encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
	2.303	2.303	2.303	2.303
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Nota 19 - Adiantamentos de clientes

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	34.803	38.735
Adições/Baixas	(1.660)	(3.932)
Saldo Final	33.143	34.803

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

Nota 20 - Tributos diferidos

20.1. Tributos Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2021	30.696	30.696	12.178	24.615	(250)	36.543
Constituição dos Tributos	10.166	10.166	-	6.150	4	6.154
Baixa dos Tributos	(386)	(386)	(669)	(2.374)	(8)	(3.051)
Em 31 de dezembro de 2022	40.476	40.476	11.509	28.391	(254)	39.646

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado						
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2021	52.235	52.235	12.178	42.341	30.186	11.654	96.359
Constituição dos Tributos	14.513	14.513	-	1.375	6.150	4	7.529
Baixa dos Tributos	(10.658)	(10.658)	(669)	(72)	(2.409)	(206)	(3.356)
Em 31 de dezembro de 2022	56.090	56.090	11.509	43.644	33.927	11.452	100.532

20.2. Despesas com tributos sobre o lucro

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro</u>	(360.549)	1.278.262	(366.249)	1.288.813
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
<u>Ajustes Apuração Alíquota Efetiva</u>				
Adições/Exclusões	(56.279)	218.153	(96.474)	221.161
Resultado de Equivalência Patrimonial	62.955	(209.397)	96.156	(208.020)
IRPJ / CSLL no Resultado	6.676	8.756	(318)	13.141
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	6.676	8.756	(318)	13.141
Alíquota Efetiva	1,85%	-0,68%	0,09%	1,02%

Nota 21 - Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/12/2022 nas demonstrações financeiras da Controladora:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Ativo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
	Contas Correntes		Contas Correntes	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Delft Administração e Participações S.A	-	-	6.921	6.543
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	6	-	22	17
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	1	138	3
IESA - Óleo & Gás S.A.	798	-	746	807
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	196.665	234.115	2	-
IESA Transportes S.A.	4.104	4.104	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	3.060	2.735
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	-	128	-	-
QUIP S.A.	-	-	520	-
Veipar Veic.Import	662	-	662	-
RJA G.Empresarial	5.056	-	5.056	-
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6	3.900	3.900
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400	6	6
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891	-	-
	222.588	253.645	21.033	14.011

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Passivo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	Contas Correntes		Contas Correntes	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cia Brasileira de Diques S.A.	7.062	709	27.161	16.035
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	22	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	9	-	138	3
IESA Óleo & Gás S/A	-	326	746	-
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	-	-	-	17
Inepar Administração e Participações S.A.	75.051	80.093	75.051	80.093
Inepar DTVM	-	-	10	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	201.028	201.832	-	539
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.832	3.598
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.492	155.492	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	28.350	28.350
Demais Empresas	20	20	51	41
	438.662	438.472	137.361	128.686

Líquido entre ativo e passivo	216.074	184.827	116.328	114.675
-------------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo	Saldo	Adições/ Baixas/Var.	Saldo
	31/12/2021	Monetária	31/12/2022	31/12/2021	Monetária	31/12/2022
Empresas						
Delft Administração e Participações S.A	-	-	-	6.543	378	6.921
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	6	6	17	5	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	1	(1)	-	3	135	138
IESA - Óleo & Gás S.A	-	798	798	807	(61)	746
Penta Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	234.114	(37.449)	196.665	-	2	2
IESA Transportes S.A.	4.104	-	4.104	-	-	-
Inepar Adm. e Participações S.A. - Conversão Quirog	-	-	-	-	3.060	3.060
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	-	2.735	(2.735)	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	129	(129)	-	-	-	-
QUIP S.A	-	-	-	-	520	520
Veipar Veic.Import.	-	662	662	-	662	662
RJA G.Empresarial	-	5.056	5.056	-	5.056	5.056
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400	3.900	-	3.900
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891	-	-	-
	253.645	(31.057)	222.588	14.011	(2.278)	21.033
PASSIVO						
Cia. Brasileira de Diques S.A.	709	6.353	7.062	16.035	11.126	27.161
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	9	3	135	138
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	-	-	22	22
Iesa Óleo & Gás S/A	326	(326)	-	-	746	746
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S/A.	-	-	-	17	(17)	-
Inepar Administração e Participações S/A	80.093	(5.042)	75.051	80.093	(5.042)	75.051
Inepar DTVM	-	-	-	10	-	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	201.832	(804)	201.028	539	(539)	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	3.598	2.234	5.832
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	-	155.492	-	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	-	28.350	-	28.350
Demais Empresas	20	-	20	41	10	51
	438.472	181	438.662	128.686	8.675	137.361

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 22 - Provisão para contingências

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
Saldo Inicial	32.620	636.098			110.816	865.721		
Adições/Baixas	27.396	- 603.478			52.389	- 754.905		
Saldo Final	60.016	32.620			163.205	110.816		

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>
Trabalhistas	3.993	21.947	1.433	23.227	133.450	73.823	124.416	64.772
Tributárias	464.744	14.434	290.033	3.904	553.819	32.142	374.236	21.485
Cíveis	150.693	23.634	142.944	5.489	267.862	56.689	292.794	24.008
Outras	-	-	-	-	-	551	-	551
	619.430	60.016	434.410	32.620	955.131	163.205	791.446	110.816

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 133.450 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Nota 23 - Provisão para passivo a descoberto

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 836.319 (R\$ 670.611 em 31/12/2021) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A, sendo que no consolidado apresenta o valor de R\$ 9.760 (R\$ 7.657 em 31/12/2021), referentes as empresas que não consolidam na controlada IESA Óleo & Gás S/A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 24 - Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Delft Administração e Participações S.A	-	-	5.942	3.112
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar (a)	7.544	10.336	9.910	85.381
Comissões sobre venda de imóveis	-	189	-	189
Outras contas a pagar (a)	23.709	10.966	129.404	23.415
Acordos a pagar (b)	22.905	22.906	22.906	22.906
	57.158	47.397	171.162	138.003
Circulante	57.158	47.397	169.869	136.919
Não circulante	-	-	1.293	1.084

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.

Nota 25 - Patrimônio líquido

a) **Capital Social:** O Capital Social integralizado é de R\$ 495.461 formado por 119.917.580 ações ordinárias e 63.136.160 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

b) **Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 180.292 e está assim composta:

Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital.

c) **Reserva de Reavaliação-** (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 263.503 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550, tendo sido utilizado o montante de R\$ 84.490. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$ 6.507, tendo sido utilizado o montante de R\$ 5.410. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização,

- Para as debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R\$ 16.914, que serão utilizadas para as próximas conversões.

Conversões realizadas das debentures em ações:

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 referente a conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 – Valor de R\$ 806.151 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 – Valor de R\$ 26.296.216,00 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 – Valor de R\$ 12.214.697,00 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 369 de 27/09/2022 – Valor de R\$ 12.640.694,00 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 371 de 14/12/2022 – Valor de R\$ 6.778.740,000 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 845.620, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 793.952, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Nota 26 - Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(134.436)	522.673
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(232.130)	779.281
	(366.566)	1.301.954
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136.160	63.136.160
Quantidade de ações ordinárias emitidas	119.917.580	103.546.495
Total	183.053.740	166.682.655
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(2.129)	8.184
Ação ordinária	(1.935)	7.440

Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Nota 27- Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	13.479	27.153
(-) Impostos sobre as Vendas	(2.757)	(2.768)
Receita de Vendas	10.722	24.385

Nota 28 - Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(65.958)	(11.288)	(189.726)	(33.529)
Juros / despesas bancárias	(71.564)	(67.387)	(103.849)	(131.584)
Fianças bancárias	-	-	-	(3)
Outras despesas financeiras	-	(2.782)	(996)	(6.613)
Ajuste conversão RJ	(113)	-	(113)	-
Variações cambiais	-	-	(86)	(202)
Total	(137.635)	(81.457)	(294.770)	(171.931)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	2	1	344	28
Receitas atualização debêntures	3.369	5.989	3.369	5.988
Juros auferidos	200	153	208	(661)
Variações monetárias ativas	-	78	-	671
Outras receitas financeiras	(199)	1.049	6.501	37.574
Variações cambiais	-	-	1	357
Total	3.372	7.270	10.423	43.957
Total Líquido	(134.263)	(74.187)	(284.347)	(127.974)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 29 - Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outras despesas Operacionais				
Impostos sobre Claim's e demais (a)	517	(3.357)	4.449	(12.740)
IOF	(40)	(438)	(614)	(1.134)
Custo de aluguel	-	-	-	(948)
Outras despesas tributárias	(353)	-	(1.444)	-
Outras despesas Operacionais	(9.574)	(94.564)	(21.348)	(235.438)
Verbas rescisórias	-	-	-	(624)
Ociosidade (b)	-	-	102	(4.151)
Total das despesas operacionais	(9.449)	(98.359)	(18.855)	(255.036)
Outras Receitas Operacionais				
Receitas de Claim's	-	34.405	-	154.175
Reversão de provisões trabalhistas	-	3.434	-	29.998
Reversão de provisões tributárias	-	-	-	51.064
Reversão de provisões cíveis	-	4.173	-	18.660
Reversão de provisões diversas	2.591	-	7.201	145.522
Recuperação Despesas	2.315	-	24.775	-
Receitas de aluguel	1.914	2.677	2.526	7.495
Recuperação Despesas - transação individual	-	842.356	9.625	1.358.362
Outras reversões de provisão	-	-	-	-
Complemento dos valores da Arbitragem	-	-	-	28.868
Outras receitas	17.646	-	18.234	8.339
Total das receitas operacionais	24.466	887.045	62.361	1.802.483
	15.017	788.686	43.506	1.547.447

- a) Refere-se aos valores a receber de processos judiciais correspondentes aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos.
- b) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos contratados.

Nota 30 – Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Processos Trabalhistas	2.877	2.877	73.175	15.157
Processos Cíveis	66.964	71.502	56.506	260.197
Processos Tributários	1.330	2.966	83	2.966
	71.171	77.345	129.764	278.320

- a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos arbitragem e os valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas.
- b) Neste exercício foram efetuados os levantamentos dos depósitos judiciais para liquidação de empréstimos e financiamentos de instituições financeiras registradas na controlada Iesa Óleo & Gás S/A, e o saldo remanescente dos levantamentos estão sendo utilizados na manutenção das atividades das empresas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 31 - Cobertura de seguros (não auditada)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 32 - Benefícios a empregados

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários	1.860	7.774	12.456	12.417
Gastos Previdenciários	434	5.092	2.275	5.609
Total	2.294	12.865	14.731	18.026

Nota 33 - Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração de Conselheiros	231	420	764	759
Remuneração de Diretores	790	2.210	2.721	4.819
Total	1.021	2.630	3.485	5.578

Nota 34 - Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Geração / Equipamentos	Gás/Modulos/ outros	Total
Receita bruta total	12.333	1.146	13.479
Impostos/Deduções	(2.713)	(44)	(2.757)
Custos dos Produtos e Serviços	(17.627)	(624)	(18.251)
Total	(8.007)	478	(7.529)

Os custos incorridos neste exercício, referem-se principalmente aos gastos complementares dos Consórcios dos projetos já encerrados.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 35 – Tratativas que irão gerar eventos subsequentes

a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima;

c) Dação em pagamento para Instituição Financeira do imóvel localizado no município de Charqueadas, sendo que esta dívida pertence a Classe II da Recuperação Judicial;

d) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé.

e) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.

f) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.

g) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.

h) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.

i) Efetivação do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais, que culminou no fechamento da transação tributária que permitiu redução de aprox. R\$ 1,4 bilhões em dívidas fiscais. A Companhia vem também negociando com a PGFN o pagamento de parte da sua dívida fiscal com o aproveitamento de prejuízos fiscais acumulados, conforme previsto em Lei.

Nota 36 - Eventos subsequentes

Foi peticionado ao Juiz da Recuperação Judicial em 07/11/2022, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 09/11/2022, a Inepar publicou 2 fatos relevantes, posicionando o mercado e seus acionistas a respeito da posição atual da Recuperação Judicial.

Em 17/11/2022 o Juiz da Recuperação Judicial deu decisão encerrando o processo de Recuperação Judicial, em função do total cumprimento das obrigações contidas no biênio de fiscalização.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Inepar aguarda a finalização das negociações para alienação das UPI's IPM e IOG, de acordo com as últimas petições e protocoladas em juízo pela Melville, bem como a concretização de um empréstimo de R\$ 130 milhões em negociação com a Melville.

Em 06 de fevereiro de 2023, conforme Fato Relevante divulgado pela Inepar que a Melville Capital Group apresentou petição no Tribunal de Justiça de São Paulo para requerer a concessão de prazo adicional de 30 dias para a conclusão dos procedimentos necessários para o depósito do preço da UPI PM/IOG, no valor de US\$ 153 milhões de dólares americanos.

Além de requerer o prazo adicional de 30 dias, a Melville ainda informou na petição a possibilidade de realização de um DIP Financing às recuperandas no valor de R\$ 130 milhões de reais, a ser disponibilizado em até 20 dias.

Até a presente data, a Mellville ainda não efetuou o referido depósito.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Ricardo de Aquino Filho – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Thamiris Cristina Rossi

André de OMS

Carlos Alberto Del Claro Gloger

Rodolfo Andriani

Irajá Galliano Andrade

José Bonifácio Pinto Junior

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo de auditoria

a) Confirmações externas de endividamento bancário

Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das negociações em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (RIG Oil & Gás Contractors Inc, QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA) e das investidas da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (Cia Brasileira de Diques e FIDC Taranis), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "12", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante quando à continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2022, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 366.566 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 1.104.662, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Ênfases

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, os assessores jurídicos da Companhia estão analisando os processos judiciais já transitados em julgado e seus impactos perante as decisões do STF sobre tais questões.

Reconhecimento de recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa “6”, foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 140.604 mil. Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como “praticamente certo”, uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a

favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 1.358 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, conforme disposto na nota explicativa “29”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além dos assuntos descritos no parágrafo de “ênfase”, entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

a) **Impairment dos ativos Imobilizado e Intangível**

A companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 211.446 e R\$ 392.259 mil, respectivamente em seu consolidado. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia indicam a possível necessidade de *impairment* desses ativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Analisamos os laudos de avaliação contratados pela administração da Companhia e buscamos entendimento dos registros contábeis comparando o valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Em nossas análises identificamos que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão consistentes com as práticas de mercado.

b) **Débitos Tributários**

A companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de

dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa “17”.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil.

c) Contingências

A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2023.

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 31 de março de 2023.

Ricardo de Aquino Filho

Diretor Presidente

Manacesar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 31 de março de 2023.

Ricardo de Aquino Filho

Diretor Presidente

Manacesar Lopes dos Santos

Diretor de Relações com Investidores